

Dossiê

Organização econômica¹¹

Gioconda Mussolini

Universidade de São Paulo

Todos os lugares da Ilha, mesmo os mais afastados e voltados para “o lado de fora” ou mar aberto, participam de uma economia pecuniária no sentido de que não se bastam a si mesma e, em consequência, compram certos produtos e vendem outros. A moeda nacional é empregada como meio de troca, embora não seja o único, conforme veremos. Muitos artigos de primeira necessidade – querosene, sal e açúcar, (em menor escala este último artigo, que pode ser substituído, no caso do emprego para café, pela garapa de cana), arroz (nem sempre imprescindível) fazendas e fios para rede vêm de fora. Evidentemente, o emprego mais ou menos generalizado do dinheiro como meio de transação não exclui outras possibilidades de troca in natura ou em serviços. Por exemplo, em certos bairros há o hábito de se pagar farinha de mandioca (artigo imprescindível da dieta e que cada família faz por sua conta própria) com dias de trabalho embora em S. Pedro um devedor se negasse depois a pagar dessa forma combinada.

Não há mercados na Ilha, como não os há também no continente fronteiro. Existem, porém, em São Sebastião, armazéns bem fornecidos e que possuem de tudo, havendo até certa especialização de alguns bazares que se destinam à venda de artigos de armarinhos, fazendas, linhas, calçados, artigos de perfumaria, etc... Na própria Ilha, com exceção de um bazar desse tipo, embora com menos pretensões, os demais armazéns do centro possuem desde os gêneros alimentícios de primeira necessidade, até fazendas e armarinhos. Não há especialização. As demais “vendas” de bairro são do mesmo tipo e, à medida em que nos afastamos do centro, reduzem-se as exigências qualitativas e quantitativas das mesmas, embora sejam estas vendas dotadas do que se considera o imprescindível e muitas exponham tecidos. O querosene, o sal, o açúcar, o peixe seco, a carne seca, algum cereal e aguardente constituem o mínimo indispensável para uma venda, embora nem todas elas apresentem fazendas, o que faz com que os moradores da

redondeza (bairros vizinhos) tenham que se prover ou da venda próxima, ou de S. Sebastião e Ilhabela. Provém daí o habito muito comum na Ilha de serem os homens que escolhem as fazendas para roupas da mulher, quando esta não está presente e ele se aproveita de uma viagem à Vila ou S. Sebastião para a aquisição. [2]

Embora, de certa maneira, se possa estabelecer uma relação entre o grau de desenvolvimento comercial e as várias comunidades que constituem a Ilha em função da distância, outros fatores devem ser levados em conta. Mais de que a distância, a própria organização econômica local é um fator do tipo de relações econômicas e do grau de avaliação pecuniária dos vários locais. Por exemplo, o Saco do Sombrio, que mantém intercâmbio de pesca com Santos, está muito mais preso ao mercado exterior (tanto no sentido da importação, como no da exportação) que outros bairros situados à menor proximidade de Ilhabela ou S. Sebastião. Em certos pontos da parte sul da Ilha, em mar aberto, onde está-se dando nos últimos anos a coleta do limo (alga marinha), a decadência da agricultura e da pesca locais acarretou, como consequência, a necessidade de se proverem seus moradores de produtos vindos de fora e trazidos por mediadores que são os próprios compradores do limo. Acontece, aí, então, que surgiram diferentes tipos de intermediários, ocasionando uma modificação na organização local:

- a) O centralizador do produto – existe um na Praia do Pinto, japonês; outro no Bairro de São Francisco, brasileiro – age como intermediário entre os coletores e o mercado exterior, conduzindo o limo para ser industrializado fora;
- b) No próprio local geralmente há também um centralizador do produto colhido pela vizinhança, que compra dos demais o limo por um preço inferior ao que vende ao primeiro intermediário (a), que passa semanalmente ou quinzenalmente para recolher o produto da área toda;
- c) O intermediário (a) traz produtos de fora que vende, muitas vezes descontando do próprio preço do limo, ao intermediário (b);
- d) O intermediário (b), no caso de não haver venda local (como é geralmente o caso naquelas bandas) vende aos demais da comunidade os produtos trazidos.

Segundo me disse um centralizador do produto: “Eu ganho de dois modos: ganho no limo e ganho nos mantimentos”.

O dinheiro está penetrando até mesmo as comunidades mais afastadas e o grau de sua circulação depende, portanto, de fatores que, muitas vezes aliados à distância, não se reduzem porém a ela.

No ponto mais segregado de Ilha e de acesso difícil, onde [as] condições do mar, muitas vezes mantêm a população completamente [na] impossibilidade de se voltar para fora, e onde, por outro lado, dadas as dificuldades de [3] acesso, o provimento de produtos de fora torna difícil ter-se uma venda (Bonete), mesmo ali continuamente fazem-se alqueires de farinha, colhem-se bananas, salga-se o peixe e, ou em batelões, ou por terra, vai se vender “lá dentro”, ou seja “dentro do canal”. Por outro lado, a população de dentro do canal conta com a farinha vinda de fora, como contava (já está havendo decadência absoluta pela coleta do limo) com o feijão dos Búzios, célebre por não bichar. Tirando-se esse intercâmbio e o caso de um homem que compra alguma coisa e, mesmo sem ter venda, vende para os vizinhos (guarda num canto de uma sala), um ou outro mascate passa pelo local oferecendo bugigangas, cortes de vestido, camisas de homem, pentes, balangandãs, etc... Quando, porém, o local é provido de venda, os vendeiros não apreciam a concorrência desses adventícios “que não pagam imposto e querem ganhar nas costas dos outros”.

Nos lugares em que não há vendas, os indivíduos passam muitos dias sem nada comprar. Em compensação, observa-se nestas zonas maior cuidado em manter um abastecimento completo: não se deixa de salgar o peixe para os períodos de escassez; engordam-se porcos, criam-se galinhas, colhem-se ovos e não se deixa de plantar cana para “o café de garapa”. Mesmo ali, porém, a família faz questão de ter em casa “açúcar para as visitas” e nunca nos oferecem café de garapa sem nos indagar de nosso gosto. Raramente um indivíduo pede a outro alguma coisa para comprar. Mais comum é tomar-se emprestado uma quarta de farinha, até que se “forneie” e se devolva a quantidade exata, não acrescida de quantidade alguma. É o padrão geral do empréstimo nos bairros mais segregados: “Farinha é uma que todos fazem. Que valor tem se dar um pouco? Não se paga pelo uso do tráfico. Também para dar que servisse de alguma ajuda, teria que ser muita farinha.” É um argumento lógico (pela lógica local) por dois motivos: em primeiro lugar, porque não se beneficia ninguém dando aquilo que todos podem conseguir por conta própria; em segundo lugar, porque uma coisa para ter valor, uma vez que não o tem qualitativamente, deveria pelo menos tê-lo quantitativamente. Não possuem aquela noção capitalista de juntar aos poucos para obter um bom resultado final.

Geralmente procura-se para mercado, lugares mais afastados. E se se procurasse fugir aos laços de vizinhança e parentesco, para conseguir melhores preços fora. Nesse caso, procura-se o “mercado” imediatamente mais próximo: pode ser, como o dissemos, tanto Caraguatatuba, como Ilhabela ou S. Sebastião, ou mesmo os pequenos pontos

intermediários [4] que, por uma dedicação mais integral a um determinado ramo de produção, negligencie a produção de consumo (Pontos entre Armação, Rabo Azedo, Praia do Pinto, mais concentradas na industrialização do pescado – “Salgas” – ou então os pontos mais voltados para a coleta do limo).

No geral, quando alguém dispõe de alguma coisa para vender, sai à procura de comprador. Por outro lado, as famílias esperam a oportunidade de uma boa oferta e não raro fazem pequenos depósitos desses gêneros quando os preços são convidativos. O padrão da pechincha é costumeiro. Os vendedores, por sua vez, conhecem de antemão os lugares mais promissores e os fregueses certos (alguns até já têm encomenda) e os procuram diretamente. Digna de nota é a disparidade dos preços entre os vários compradores. Participantes de um mesmo lance de rede, na venda do quinhão pela praia ou pelas praias vizinhas, vendem cada um de per si, de acordo com o freguês, não raro com muita diferença entre os preços pagos pelo mesmo produto. Evitam-se muitas vezes os intermediários, de forma a conseguir melhor preço para os produtos, mas não raro, quando se faz um carregamento de “quitandas”, aproveitando-se de uma viagem com outra finalidade, a necessidade de se livrarem logo do produto os faz procurar de preferência as vendas onde, por outro lado, podem se abastecer ao mesmo tempo. Muito comum é fazerem-se ofertas, da própria casa, para os transeuntes que não são do lugar. Oferecem-se, neste caso, principalmente, frutas e ovos e embora o preço seja irrisório em comparação com o das grandes cidades, alcançam, nesse caso, mais elevação que quando os produtos são vendidos aos do lugar. Parece perdurar a ideia de que embora necessitados de um gênero qualquer que têm oportunidade de obter por si, qualquer preço é considerado elevado, o que leva ao empréstimo de preferência. (O mesmo padrão desvalorizativo preside a outros aspectos da vida local).

O dinheiro como elemento aquisitivo chega a desempenhar uma verdadeira mística na vida do caçara. Faz-se questão até de um tostão. No geral ele chega a desempenhar um valor em si mesmo e como testemunhos disso podem-se encontrar muitos velhos que morreram na miséria deixando caixotes cheios de papel moeda e mesmo de moedas de prata, provenientes do tempo do Império, mas que se negavam a empregar o dinheiro mesmo na aquisição do sustento ou na consulta a um médico. Outro exemplo disso é o de um velho do Perequê que um dia foi à Vila munido de muitas notas de há muitos anos recolhidas e que teve a maior decepção quando lhe contaram que de nada mais valia aquele armazenamento. [5] Foi difícil convencê-lo de que o dinheiro tinha saído da circulação: ele lhe representava um valor eterno... Muitos e muitos casos se contam de armazenamentos

nestas condições – em caixões de querosene – mantidos no cômodo mais segregado da casa, de baixo de chave.

Outra característica do valor atribuído ao dinheiro provém da segurança que ele parece representar ao seu possuidor. Assisti nas vendolas do sul da Ilha, espetáculo muito sintomático desta forma de visão. Diariamente as mesmas pessoas chegavam à venda para comprar uma libra de arroz (nas partes mais afastadas, usam-se geralmente as medidas antigas de peso), um pedaço de sabão e um punhado de sal. Não lhes ocorria fazer uma despesa de uma vez para um período longo. Era uma forma de compra picada, aliás condizente com a entrada do dinheiro não menos picada. Por outro lado, o pouco hábito do manuseio do dinheiro e o medo de atrapalhar-se, faz com que se vá pagando à medida que se separa um elemento. Vi senhoras que pediam arroz e pagavam. Depois pediam sabão pagavam. Depois pediam pano e assim, sucessivamente.

Esta forma de aquisição parcimoniosa não sempre, mas não raro, está presa ao fato de entrar dinheiro em pequenas parcelas. “Se a gente precisa de qualquer coisa em casa, trabalha um dia, pesca um peixinho, trabalha como camarada, faz uma rede, faz uma viagem de canoa a S. Sebastião e consegue o dinheiro”. Por outro lado, esta forma peculiar de prover-se de dinheiro para o que falta, leva à flutuação da mão de obra nos trabalhos, principalmente agrícolas, e às queixas continuadas dos sitiantes que, mais ricos e com melhores plantações, precisam contar com o auxílio da mão de obra assalariada: “Estes camaradas não têm nenhum zelo pelas coisas do patrão. Vêm um dia. Fazem questão de receber no fim da tarde. As vezes vêm amarrar cana só de manhã. Depois do almoço não voltam mais. Alguns dão dois ou três dias. A gente se queixa e eles não dizem uma palavra. Não são malcriados, isso não. Mas no dia seguinte, não aparecem mais”. Ademais, como me explicou um administrador nortista, pouco conhecedor do local: “Eles são loucos para conhecer o tempo. Sabem o que significa qualquer mancha no céu, qualquer ventinho que sopra. E ninguém os manda pra roça quando ameaça mau tempo”.

Aliás, muitos me explicaram, referindo-se às idas a Santos: “A gente sabe do que precisa. Calcula quanto tempo tem que ficar lá”. Embarcar e desembarcar é coisa mais fácil desse mundo. A inconstância no trabalho assalariado é de molde a nos causar preocupação e incompreensão. [5] [*correto seria n. 6*] Mesmo no que diz respeito à produção para venda, a inconstância é geral: um indivíduo um ano planta cana e vende para o engenho. No ano seguinte, por qualquer motivo já não planta. Um homem me alegou que não plantava mais feijão porque o lugar em que depositava, antes de batê-lo ao sol no terreiro, era a sala onde agora funcionava a escola, e de sorte que “a escola está me atrapalhando”. Contudo,

trata-se de uma casa grande que poderia muito bem ter outro cômodo disponível, embora em condições mais precárias, mas que a nós não pareceriam. Em compensação, ganhava com a pensão da professora e isso já representava um desafogo na obrigação de fazer outras coisas para ganhar...

No centro, Ilhabela, onde não há propriamente nenhuma produção para consumo, mas tudo é adquirido, ainda se criam galinhas, colhem-se ovos e se faz uma ou outra horta. Lugar de uns poucos funcionários públicos, professores primários do grupo, diretor do mesmo, e um ou outro fazendeiro com fazendas em pontos mais retirados da ilha, além dos funcionários da lancha da carreira, e o ponto em que se pronuncia grandemente o valor do dinheiro. Ali os preços atingem grande elevação, mesmo em relação a S. Sebastião, defronte, alegando-se para isso o transporte marítimo. Como os ordenados não são grandes e por outro lado, o custo de vida [6] elevado e não há auto-provimento, é o lugar de barganha por excelência. Pescadores do sul da Ilha queixam-se amarguradamente de Ilhabela. Na medida em que estão mais ligados a S. Sebastião, principalmente por proximidade espacial, o centro da ilha lhes motiva certa repulsa, o que motiva de parte a parte queixas amargas. Ao morador do centro de Ilhabela, mais sofisticado, ocorre a expressão de que “os moradores da ponta do sul não têm nenhuma consciência de regionalismo. Preferem casar, votar e vender seus produtos em S. Sebastião, como se não fizessem parte da Ilha”. Aqueles moradores, aos quais escapam razões outras que não sejam possibilidades de ganho, recursos e divertimentos, apontam Ilhabela com desprezo: “Na Vila tirando a igreja nada presta. São Sebastião é o primeiro daqui em tudo. O pessoal da Ilhabela só quer saber de pechinchar e conseguir tudo por nada. É um pessoal sovina, que nem sequer um cafezinho é capaz de oferecer quando se está lá”. [7]

Além do comércio dependente da produção fabril e de intercâmbio com áreas mais distantes (S. Paulo, Rio e Santos) há, sem dúvida, farta especialização regional na produção e um intercâmbio de produtos ali produzidos interbairros. Pode-se observar esta especialização principalmente em relação àqueles produtos que provêm de matéria prima (taboa, com que se fazem esteiras; taquaras; madeiras próprias para canoas, limo, etc.). Muitas vezes o recuo se processa na razão direta da distância dos bairros, pelo provimento maior da matéria prima empregada que em certos lugares vai desaparecendo. Outras vezes, explica-se pela residência dos últimos remanescentes dos fabricantes que não raro também se explica pelo fator distância, uma vez que os bairros mais segregados e mais afastados da rota normal das lanchas de pesca (que procuram geralmente os mesmos pesqueiros) são menos solicitados a sair para Santos. Bairros como Bonete, Enxovas e Indaiaba,

colocados na “contra costa” da Ilha, de difícil acesso, apresentam ótimas madeiras e se especializam na fabricação de canoas, fato que se explica por dois elementos. Em primeiro lugar, pela devastação menor de suas matas, menos sujeitas à ação destruidora dos primeiros tempos (de que os Arquivos conservam grande documentação) em que, principalmente a zona do canal foi vítima da ação pertinaz do derrubamento, até hoje visível. Em segundo lugar, por tratar-se de um bairro por demais segregado, em que o único meio de comunicação (bairro pobre, por circunstâncias diversas, principalmente porém, pelas dificuldades de comunicação) é a canoa, e onde a vida mais afastada leva os moradores à necessidade de uma vida anfíbia, rara é a pessoa que não seja uma especialista e que não saiba fazer canoas. Donde se fazem encomendas até de pontos muito afastados, como por exemplo, de lugares dedicados à pesca em grande escala, como as vizinhanças da Praia do Pinto, Rabo Azedo e Armação. A diferença do que se passa com os raros especialistas do canal, que não fazem canoas a não ser por encomenda, os “boneteiros” muitas vezes aparecem para oferecer seu produto. A arte de fabricação de canoas tornou-se para eles um assunto comercial em grande escala. Nas vizinhanças de Portinho, uma população negra e nitidamente mulata, volta-se para a feitura de esteiras de taboa, cestos, samburás, pela abundância de matéria prima no local. Figueira especializou-se na feitura de farinha. A Ilha dos Búzios na produção do feijão. Seria abusivo, porém, falar numa especialização *full time*. [8] Não existe indivíduo na Ilha que se entregue unicamente a uma especialidade ou um bairro que se especialize num dado produto comercial com exclusão das demais atividades. Os fazedores de redes (de preferência mulheres) localizam-se nas vizinhanças dos “entralhadores” e como em geral qualquer pessoa sabe tecer redes, é esta oportunidade aproveitada. Os entralhadores de cerco² se localizaram por muito tempo nas vizinhanças do Sombrio e pela Baía dos Castelhanos, embora hoje estejam se dispersando pela solicitação que lhe é oferecida até em outros pontos do Estado. Os Bairros de Armação, Praia do Pinto e Rabo Azedo, onde se acumulam muitos descendentes de japoneses, especializaram-se na salga de peixe, uma das reais especializações da ilha, ao lado da aguardente, e que são mandadas para outros pontos do Estado. A produção das salgas pode-se dizer mesmo que não se destina ao consumo local e é toda enviada para o interior do Estado, onde imigrantes japoneses consomem o peixe (que aos poucos vai se introduzindo na dieta nacional) preparado de uma forma especial, com secagem em estufas que lhes dá a impressão de verdadeiras pedras polidas.

A visão mais nítida que se tem da ilha em matéria de comércio interno, é de algo fraccionado, pequeno, flutuante. Contudo, há gêneros que impreterivelmente são do local;

outros que estão sendo substituídos nos últimos anos, com uma venda mais promissora de produtos de fora; outros que sempre foram de fora. Entre os primeiros estão todos os apetrechos relativos à pesca (tráfico), com exceção, ultimamente, das redes para a construção das “trainas” ou “traineiras” que são feitas à máquina em fábricas de S. Paulo (80 cruzeiros o metro), embora o entalhe seja feito na Ilha. No mais, à exceção dos barcos de pesca (e mesmo desses alguns são construídos na própria Ilha) tudo o que se refere à pesca é feito no local (canoas, remos, redes, etc.). Contudo, difícil é localizar-se os especialistas num único ponto. Comumente se ouve, por exemplo, que o pessoal do Perequê é “danado e sabe fazer de tudo”. Ali se encontram os especialistas em todas as artes, inclusive os conhecedores dos deveres sacros, das danças tradicionais e das modas de viola.

Dentro do padrão ecológico que preside às constantes trocas entre os vários pontos da região, estabelecem-se uma porção de padrões menores. O Centro está longe de ser centralizador. Uma multiplicidade de relações se estabelecem entre vários pontos da ilha e entre esses e o litoral fronteiro, de que o Centro nem sequer toma conhecimento. Por exemplo, [9] os habitantes de Barqueçaba e aquela parte do litoral fronteiro ao Ilha vêm à venda de S. Pedro vender muitos gêneros (quais?) levando em troca sobretudo café em grão.

A coisa mais importante a ser considerada é a ausência de um mercado fixo, aliás para toda a região. Esse fato parece ter importância na inconsistência das relações comerciais.

Na medida em que é importante conhecer-se uma comunidade “quanto ao grau em que permite ou define as relações comerciais entre seus membros” (Yucatan,196)³, vejamos o que se passa nesse sentido na Ilha.

Existem prestações de serviços que não são cobrados em hipótese alguma, em lugar algum da Ilha. Nesse sentido, embora empregando trabalho e tempo, os membros da comunidade não comerciam. É o caso ligado às questões de moléstia e morte. Uma viagem para transportar um doente, a feitura de caixão de defunto, a feitura da cova no cemitério, são serviços que se consideram fora de interesse comercial. De muitos bairros distantes vi aportar canoas a S. Sebastião chegando num dia e só saindo no dia seguinte (cerca de 10 horas de viagem, como no Bonete) e os camaradas, encarregados de transportar um doente, nada cobravam.

Em geral, a menos que a pessoa tenha comprado um determinado produto e que a aquisição se faça na venda, no mais empresta-se e não se vende. Um mau pagador de um empréstimo fica marcado.

Nos bairros menos sujeitos ao comercialismo, surgem desajustamento quanto à prestação de serviços, justamente porque se está pouco habituado ao padrão de comércio. Todos se sentem explorados: os que recebem, pelo pouco que recebem; os que pagam, pelo muito que pagam. Deve-se dizer, porém, que o hábito pouco comum de se venderem coisas ou trabalho, provém do grau de autossuficiência relativa em que vivem os moradores desses bairros. Não há um padrão claro e abstrato de relações comerciais. Não há a ideia nítida de que o que se recebe por um serviço, implica em que se perdeu tempo em relação aos serviços próprios e mais, que se procura adquirir o que não possui. Esta ideia abstrata, comercial, conseguem tê-la de preferência ao forasteiro. Este, possui meios à disposição que faltam aos do local. A própria forma por que nos recebem (indicando-nos a melhor casa do bairro e falando sempre em quantidades exorbitantes que devemos receber na cidade), dá a ideia de como se consideram os meios de aquisição de fora como uma fonte fácil e inesgotável que lhes escapa. [10] Na medida em que [se] espera que um homem seja trabalhador, o fator trabalho é grandemente valorizado. E o que se espera de um homem. A pouca competição por terras, num local em que o êxodo crescente leva o proprietário a não poder explorar toda a sua propriedade, cede-se a terra de favor. O que importa, então, é aplicação do trabalho. A ideia é bem nítida. “Dá-se aquilo que o indivíduo não pode conseguir por si”. É a ideia que está abaixo da ausência de mutirão agrícola e que justifica “os dias trocados”, a prestação de serviços por moléstia (quando o homem está fora da possibilidade de ser um elemento socialmente útil). Gozam de má reputação as pessoas que vivem de expediente e, aliás, pouca oportunidade têm para isso, porque o lema é geral: “Aqui, quem não trabalha não come”. Não são movidos por nenhuma ideia abstrata de filantropia. Têm seus padrões muito definidos de hospitalidade, mas isso é outra coisa. Um membro da comunidade procura pelo menos defender-se. O mais que se pode fazer em seu favor é não dar-lhe o produto do trabalho próprio (sustentá-lo), mas pôr à sua disposição os elementos de trabalho (terra, rede, etc.). Devido a esse padrão e paradoxalmente, há um aspecto aparentemente contraditório nas alegações locais: de um lado, salientam sempre a bondade do pessoal do local; de outro a sua ingratidão.

Devido a esse padrão de pôr a disposição de outrem elementos de trabalho, não se cobram pelo tráfico de farinha que, existentes em algumas casas, são usados pela vizinhança. Em compensação, uma forma de pagamento possível é um auxílio em trabalho:

“dar uma mãozinha quando o dono do tráfico estiver forneando”. Nem mesmo isso se espera, porém. Também não se cobram canoas quando o que toma emprestado a utiliza para fins não lucrativos, nem também se cobram terras, a não ser em alguns pontos. Na medida em que a comunidade se ressenete muito mais da falta de trabalho de que de dinheiro, os que prestam favores gostam de ser retribuídos com trabalho quando necessitam. Ademais, que preço iriam cobrar pelo empréstimo de um tráfico? O padrão do uso do próprio produto ou do trabalho já goza de maior sedimentação que o uso do dinheiro. Pode-se observar bem isso, por uma porção de sintomas característicos. Em primeiro lugar, a dificuldade que têm de fazer preço. Há uma tal desproporção que não se sabe qual o elemento de ponderação nos vários casos. Um homem rema, como camarada, de S. Pedro a Ilhabela, por 15 cruzeiros. A viagem, quando o tempo não está bom, pode durar 3 horas. Tem que voltar com a canoa para S. Pedro. No entanto, é capaz de nos vender um coco que apanhou [11] do chão por 2 cruzeiros. Já para eles próprios do local, o padrão monetário não tem grande aplicação. Um homem que usa o tráfico de outro, muitas vezes (nem em todos os pontos da Ilha) pode pagar com uma parte de farinha: dar meio alqueire em cada 3 que faça, por exemplo, o dono de uma rede tem 1/3 do quinhão total, o dono da canoa tem a metade de um quinhão pessoal; quem fornece a farinha de outrem, tem a metade; etc.

O padrão do dinheiro – não tanto pela urbanização, como pela distância que implica em mais autossuficiência.

Por outro lado, um irmão não é considerado muito diferente dos demais. Não raro se ouve a alegação de que “é muito pior trabalhar com membros da família que com estranhos. Estão sempre pensando que a gente está querendo explorar”. Muito sintomaticamente, sempre se julgam prejudicados pelo grau de trabalho empregado: “Não queremos ser empregados de ninguém”. Este padrão deve-se prender ao hábito do não assalariamento e do individualismo de produção. Sem dúvida, há variações individuais entre as famílias. Contudo, o padrão geral não implica em que se faça mais pelos membros da própria família que pelos da comunidade. (Aliás, como já disse, passa-se insensivelmente da família à comunidade). Exceção feita à família imediata (casal e filho; pais), em relação aos outros parentes pode-se agir com a mesma objetividade ou subjetividade que com os demais vizinhos dependendo do campo. PASSA-SE MUITO INSENSIVELMENTE DA FAMÍLIA À COMUNIDADE: OS PARENTES SÃO apontados como fazedores dos mesmos mexericos.

A atitude geral é a de não comerciarem na própria comunidade imediata. Fundamentando isso, pode-se perceber a constante alegação de achar-se elevado qualquer

preço, mesmo quando para nós é irrisório. Por outro lado, quando precisam de serviço de alguém, é sob pagamento ou então sob a forma de dias emprestados de trabalho. Não raro se falha nesses compromissos. Ademais, os moradores veem, como única saída, alugar seus serviços a pessoas de fora. Contudo deve-se observar que a valorização que se faz do emprego do trabalho, contribui para dar uma outra expectativa de comportamento em relação a ele. Mesmo, porém, a monta empregada de trabalho de “estranhos” reduz-se aos momentos de aperto. Este fato se explica não apenas pelo hábito de contar consigo próprio nos trabalhos de roça, como da pequena possibilidade que se tem de manter uma mão de obra assalariada fixa. Pode-se chamar camaradas para cortar cana e amarrá-la “para ser posta no engenho”, serviço que exige uma certa presteza, porquanto, uma chuva com a cana ao relento pode causar sérios prejuízos. [12] Os participantes de comunidades mais afastadas, porém, são capazes de tratos comerciais quando se afastam do seu “lugar” e vão estabelecer um contrato com pessoas de outros bairros. Na medida em que os vários bairros não são fechados numa economia de subsistência, mas mantêm relações com outros, existe esta possibilidade de atuar menos em termos de parentesco e vizinhança e mais em termos objetivos. Não deixa de haver, contudo, como já salientamos, uma desproporção nos preços pagos pelos vários serviços, principalmente se os considerarmos do ponto de vista do trabalho implicado.

Uma das formas mais comuns de exploração de um gênero comercial, consiste em associarem-se dois ou 3 sócios para uma empreitada. Nesse sentido, quando se trata de comunidade mais afastada da rota do puro comercialismo (os donos de fábricas de aguardente são em geral mais “sabidos” e procuram explorar mais o trabalho alheio), observando-se que ainda ali é o fator trabalho que entra como fator decisivo. Por exemplo, em S. Pedro um agricultor, possuidor da maior extensão de terra do local, associou-se a um segundo sitiante para fazerem juntamente uma plantação de cana a ser vendida, depois, no conjunto, para um engenho no Curral. Dividiram-se os trabalhos e cada um deu a parte que lhe cabia pelo trato. Quando um deles não pôde comparecer ao trabalho, pagou camarada para substituí-lo. Terminado o plantio, foi vendida a plantação toda para o engenho, sendo o que teve a ideia da empreitada encarregado de pagar camaradas, por conta do engenho, para colocar a cana no mesmo. O canavial foi vendido a 1.200 cruzeiros. Cada um dos sócios recebeu justamente a metade. Aquele a quem pertenciam as terras não recebeu mais por isso e não mostrou nenhuma dúvida quando o interroguei a respeito: “Não, pela terra não se cobra”. Quando lhe perguntei sobre a vantagem de uma tal sociedade alegou-me:

“Pelo menos assim a gente pode contar com alguém certo para o trabalho. Pode plantar maior quantidade. Há serviços que um só não dá conta”.

Poderíamos, portanto, concluir que há gêneros e serviços que entram francamente na trama comercial; enquanto que há outros que se espera que sejam emprestados (mesmo serviços prestados em determinadas ocasiões, pelo padrão retributivo da comunidade, espera-se que em situações idênticas sejam pagos). Desde, porém que se estabeleçam preço ou uma forma de retribuição, os indivíduos se mostram intransigentes no desvio [13] do padrão. Há coisas cujo pagamento já está determinado por um padrão fixo. Podem variar os preços; contudo o padrão serve de pano de fundo imutável. Por exemplo, o dono de uma canoa que a cede para uma viagem de transporte de passageiros, recebe em geral, quando se trata de um bote grande, uma quantidade igual ao dobro do que recebe um camarada; se for para conduzir um doente, não se cobra. O dono de uma rede recebe um terço do quinhão total, ficando os dois terços restantes para serem distribuídos por todos os camaradas; quem cede uma canoa para um arrasto, recebe meio quinhão de um camarada. Quem dá cana para moer no recebe à terça; quem faz farinha com a mandioca de outrem recebe a metade da produção. No mais, há preços estabelecidos, independentemente de padrão: preço por dia de trabalho na roça, pela feitura de rede, por um balaio, por uma esteira, por um puçá, etc...

Todos os gêneros que têm uma saída mais ampla, para fora, geralmente são regulados pelos preços do mercado de fora. Um vendedor de peixes sabe que preço uma lancha de Santos lhe pagará pela compra de seu pescado e pede isso quando faz oferta local. Porém, aqueles gêneros que não possuem esta forma de controle, muitas vezes ficam durante muito tempo na rotina de um velho preço, estabelecido há muitos anos, tal como acontece, por ex., com os balaios, esteiras, etc.

Esta desproporção cria as constantes reclamações ouvidas mesmo nos bairros mais afastados. Por exemplo, as parteiras locais muitas vezes se queixam de que ninguém as quer pagar pelos seus serviços ou então as pagam muito mal. No mais das vezes, são mulheres velhas, que ficaram sozinhas, sem filhos para dar-lhes subsistência e que se sentem em dificuldade de manter a vida pelo seu “ofício”. Deve-se notar particularmente que esta função – de parteira – é uma espécie de função intermediária entre aqueles afazeres que se espera sejam ministrados entre vizinhos, sem paga (moléstia) e os comercializados. Uma parteira, principalmente nos bairros mais segregados da Ilha, não é simplesmente uma mulher incumbida do parto: entra grandemente em funções presas ao lar, tal sejam cuidar durante 8 dias da mãe e da criança, ministrar-lhes banhos, lavar-lhes toda a roupa e não

raro, fazer comida para o marido da parturiente e cuidar de prover a sua casa. Assume, momentaneamente, a função da dona da casa. Espera-se que ela cumpra seu dever com muita parcimônia, e no geral as suas reclamações não são feitas abertamente. Lugares há em que não há sequer esta especialização. O lema é: [13] [*correto seria n. 14, e assim em diante*] “Aqui uma mulher serve a outra. A gente não conhece como fazer. Mas na hora, Deus guia”. E muitas mulheres me contaram de suas experiências iniciais. Pude depreender o grau de angústia em que se sentiram diante do primeiro caso, da tentativa e erro empregados. Por outro lado, a cultura local não criou aquele aparato todo que nós esperamos ao redor do parto (dada a ênfase que se coloca sobre a questão entre nós) de sorte que muitas vezes, nas vésperas de dar à luz, uma mulher ainda não sabe com precisão quem irá atendê-la. Não se afeta por isso.

A valorização dos serviços, na medida em que não possam ser providos pelo próprio indivíduo ou pela comunidade imediata, também se verifica nesses casos. Mulheres que tiveram parto difícil (o que é relativamente raro), como por exemplo, os casos de partos pélvicos, motiva mais cuidado: então está-se dispostos a procurar uma parteira mais credenciada e mesmo a ir ao centro (Vila) ou a S. Sebastião onde existe uma excelente parteira diplomada. Nesse caso, está-se disposto a pagar pelo que for pedido. No caso da parteira local, porém, chegam a ganhar de 15 a 30 cruzeiros por todos os serviços prestados e anteriormente enumerados. (Em certos lugares 100 a 200 cruzeiros).

Num local de pouca especialização, há grande curiosidade por aprender as coisas das quais se necessita. Por outro lado, procura-se aprender aquilo que custe muito dinheiro. Uns raros especialistas se destinam à feitura de puçás, redes, balaio, cestos, etc., e não se reconhece recompensa em aprender. Na medida em que a paga da comunidade é pequena, não há um padrão de competição estabelecido: é como se se descansasse por já se contar com o provimento do benefício determinado. Por exemplo, é muito comum que num bairro exista apenas um carpinteiro. Ele é solicitado por todos. Se se muda, a comunidade fica no desamparo. Muitas vezes resolve o problema pela busca, no momento oportuno, de carpinteiro de outro bairro. Não há, contudo, a previdência de se preparar outros seguidores do ofício, o que é perfeitamente compreensível: não há margem para trabalho de vários especialistas e mesmo os poucos que encontramos, não são *full time*. Mas a consequência do fato é o estado de dificuldade em que se fica com o desaparecimento dos encarregados de um dado *métier*. É comuníssimo ouvir-se: “Aquele engenho funcionou até o ano passado. Agora está fechado”. “Tínhamos um carpinteiro e pedreiro aqui, mas mudou para Santos”. “A parteira que tínhamos era ótima, mas morreu faz um mês e agora

só têm curiosas”. Quando a comunidade se habitou a se sentir segura com um determinado [14] indivíduo, desempenhando um dado papel, é facilmente visível o grau de desamparo em que se encontra com a sua falta. Depois se acomodam. A não substituição do indivíduo é causa e consequência a um tempo da desorganização da cultura. O grau de especialização decresce por falta de competição e oportunidades; por sua vez, esta falta faz com que indivíduos se movam, na procura de melhores lugares para a satisfação de suas necessidades. De muitos moradores do Bonete ouvi a asserção de que gostariam de se mudar para os Castelhanos, porque ali encontrariam mais recursos. Num bairro de dentro do canal (Siriúba) assisti ao enterro de uma preta velha, a parteira local. A choradeira era geral. Ninguém trabalhou no bairro. A fama daquela mulher como “prestadeira de serviços” não se restringia, porém, ao local. De muitos bairros lhe vieram acompanhadores ao enterro. E o *slogan* mais pronunciado era: “Como vamos fazer sem ela? Foi ela que aparou toda essa criançada. Como é que vamos fazer agora?”. Mostravam-se particularmente alarmadas as mulheres grávidas já acostumadas aos serviços de Dona Capota, como era chamada. Aliás, diga-se de passagem, é por ocasião dos enterros que se nota o valor atribuído a urna pessoa, num local em que não há facilidade de substituição e em que, a simples morte de um membro, pode acarretar a decadência de uma função por ele desempenhada e deixar a comunidade em polvorosa.

Embora seja difícil estabelecer para a Ilha, uma gradiente em que se marque, numa sucessão crescente ou decrescente, um certo tipo organização, sem dúvida é possível estabelecer-se, para os diversos bairros, um grau de independência relativa. Ela nem sempre está em função da distância geográfica, como o dissemos. Muito mais em função do tipo de exploração a que se dedicam seus membros. Uma zona de pesca amplia consideravelmente o mundo lugarejo, mais do que o consegue uma zona agrícola com engenhos. Numa área voltada à pesca, o contato de maior número de pessoas com Santos é evidente, enquanto que numa zona de engenhos, quem se põe em contato com o mundo exterior é o próprio dono da fábrica e não os demais. Mesmo que indiretamente, um vendedor de peixe para barcos de pesca, faz suas encomendas diretamente para Santos, manda recados, fica a par das condições do mercado do porto principal. Amplia-se consideravelmente sua área de atenção e de interesses. Deve-se observar que de uma forma geral, são os bairros do sul da ilha, menos voltados para a pesca de barcos, que mantêm mais vivas as tradições locais e se organizam mais de acordo com os padrões tradicionais. [15]

HÁBITOS MENTAIS PECUNIÁRIOS E COMERCIAIS: Talvez provenha do fato de uma não existência objetiva desses hábitos o desejo de sair. Chega-se ao paradoxo de sonhar

com ganhar a vida fora, com uma tal ausência de previsão, como se dominasse unicamente aquele desejo de ganhar dinheiro que a comunidade local não pode fornecer. A experiência, porém, vai ensinando: “Esta rapaziada pensa que se chega em Santos e se começa a catar dinheiro com a pá. Depois veem o que acontece: ganham e gastam tudo o que ganham. Têm que pagar até um grão de feijão que comem. Pagam casa e tudo o mais. E voltam correndo”. Reside no fato uma certa dificuldade raciocinar em termos abstratos, de fazer relação entre dever e haver. Aguçam-nos o desejo de ir ganhar fora. Perdura, porém, aquela mesma atitude individualista que na comunidade imediata. A flutuação da mão de obra na pesca reflete o mesmo fenômeno dos que se engajam para ganhar alguma coisa na agricultura. E um embarcado me explicou: “A gente vai para Santos ganhar algum dinheiro. Calcula o tempo que vai ficar lá. Depois volta”. E verdade que já se vai formando uma turma de embarcados mais fixa, principalmente constituída daqueles que representam os postos mais altos na hierarquia da pesca (trabalhadores qualificados) tais sejam o mestre do barco, o mestre da rede e o motorista. Motorista de barco passa por um exame em Santos. Não é coisa que possam fazer: “Quando me perguntam onde ficam os recifes, que mão a gente deve dar a um barco que pede passagem, quais são os principais portos, peixe, etc., tudo isso eu sabia. O pior foi quando começaram com a ‘teoria’: em quantas partes se divide uma bússola; quantos graus tem, a roda dos ventos, contas, etc. Aí é que foi duro”, explicou-me um motorista.

O indivíduo que se retira para Santos sente um conflito entre uma forma de vida menos comercial (em que, pelo menos em grande parte, ele se basta) e a vida estritamente comercial de uma cidade grande. É a alegação de que têm que pagar tudo, nada do que consome em Santos é produzido por ele. Tem maior chance de permanecer na pesca aqueles que trabalham pelo sistema de partilha. Um mestre de lancha, cuja esposa me alegava que preferia que o marido tivesse um ordenado fixo, me assegurava: “Eu não. Prefiro arriscar. Há meses que não faço nada. Mas também há meses que ganho muito. Prefiro ter a minha parte”. Em geral, principalmente quando se trata de empregadores brasileiros segue-se esse sistema, fortemente arraigado, da participação nos lucros. [16]

O dono de um dos maiores barcos da costa paulista informou-me que é a única forma de prender o pescador. A pesca exerce grande atração no caiçara por vários motivos: a) em primeiro lugar, é uma das únicas oportunidades que o caiçara tem de se engajar em outro *métier* que não seja a agricultura, numa fase de decadência desta e numa fase de desenvolvimento da pesca, principalmente a partir de 1926, com a introdução dos barcos;

- b) o sistema de partilha entre os componentes da tripulação segue um velho modelo já estabelecido pela pesca local, padrão, portanto, que já tinha precedentes na própria cultura local, embora tenha sido adaptado a uma série de circunstâncias que o barco acarreta;
- c) o indivíduo que se dedica à pesca tem oportunidades de descanso desembarcando quando considere de conveniência, intercalando fases de serviço intenso fora e de permanência no seio da família;
- d) em Santos o indivíduo encontra uma série de distrações e de satisfações que seu lugar imediato não lhe pode fornecer;
- e) a pesca representa um oportunismo muito condizente com a maneira de ver local: “na pesca, num dia, a gente pode ganhar o que levaria um ano para tirar na agricultura”. Em termos dos próprios caiçaras, o que mais seduz na pesca, é que parece um jogo: a gente arrisca. Pode ganhar e pode não ganhar. Mas quando ganha, compensa pelos sacrifícios. E numa única viagem, um camarada de barco pode perceber até 1.200 cruzeiros. Uma perda na agricultura, não pode ser compensada a menos de 1 ano;
- f) além do mais, a pesca representa uma oportunidade de trabalho conjunto que a agricultura não fornece na Ilha. Basta percorrer uma zona de plantações para ver-se o individualismo com que se trabalha. Nem sequer o marido e a mulher (a não ser nos períodos de plantio) trabalham lado a lado. Não há mutirões agrícolas. Conta-se com dificuldade de mão de obra. Na pesca, enquanto se aguarda o momento de “dar um lanço”, o indivíduo repousa, toca viola, canta ou se dedica ao conserto da rede (quando faz parte da equipe da rede), juntamente com os colegas, em franca camaradagem. Um morador da Ilha, natural do local, pôs as coisas nos seguintes termos: “o homem sério, cumpridor de seus deveres, amante da família que estima estar sempre ao lado dela, que gosta de pouco falar, este é agricultor; o sem responsabilidade, que hoje está aqui, amanhã ali, que nem sabe o que está passando em sua casa, que gosta de farra e de prosa, este é o pescador”. [17]
- g) acresce ainda que o barco de pesca estabelece contínuas comunicações do pessoal que sai com a Ilha: “A gente está em Santos. Mas recebe má notícia e vem logo na primeira oportunidade. Sempre há barco para levar as novidades e para trazer a gente”.
- h) Finalmente, cumpre notar que o caiçara da Ilha localiza-se em determinados pontos, de Santos. Para se encontrar gente de Ilhabela, basta esperar pelos barcos que chegam à tarde à rampa do Mercado, ou na Ponta da Praia. Como residência, geralmente se localizam no Macuco. Transferem, portanto, para fora da Ilha, conhecidos, que lhes dão uma sensação de segurança e não raro, mantêm em Santos alguns de seus costumes tradicionais.

Por exemplo, as mulheres que saem como empregadas domésticas não gostam de S. Paulo. Preferem Santos “onde tem muitos conhecidos”. Não raro também os mais abastados em Santos arranjam um “bate pé”⁴, convidando o pessoal da Ilha que saiba dançar, “para matar a saudade”. Por outro lado, as festas dos padroeiros locais, são sempre oportunidades para “dar um pulo” à Ilha, não raro na posição de festeiros, pela oportunidade que têm de ter mais dinheiro à disposição para custear a festa, que está decaindo no sentido de ser uma festa de participação comunitária em seus gastos.

Nota-se que há muita briga de família principalmente por causa de herança. Os que ficam na propriedade são geralmente considerados como usufruindo benefícios indevidos. Não são raras as questões por terras. Na hora da partilha (inventários) é difícil chegar a um acordo. Muita compra de terra foi dificultada pelo grande número de herdeiros afastados e pela dificuldade de fazê-los chegar a um acordo. Em geral, as relações entre pais e filhos resistem muito mais ao desenvolvimento do comercialismo que as relações entre irmãos. Muito embora se saliente que já não persiste hoje o antigo respeito, contudo pode-se observar que o padrão continua de pé. Assim, por exemplo, enquanto o viúvo ou a viúva permaneceram vivos “as coisas ficam como estavam”. Ninguém vai pensar em fazer a mãe dividir a propriedade. Acresce ainda que no geral, quando os filhos ocupam a propriedade paterna, após o casamento, praticamente já se deu a partilha: cada filho constrói sua casa e vive de sua roça. Mesmo quando partilha da mesma casa do pai, geralmente isso é provisório e, como padrão geral, mesmo nesse caso, o celeiro não é comum: as roças são separadas e a comida é feita para o casal e seus filhos. [18] Vivem juntos apenas o casal e a mãe ou o pai (dono da propriedade, no geral) quando viúvos. Mas a chamada organização patriarcal da família não existe na Ilha. Tive oportunidade de encontrar casais de velhos, bem velhos, residindo sozinhos, tendo os filhos à pequena distância. Ademais, pode-se esperar um auxílio de filhos ou de pais em circunstâncias críticas. Mas não é uma expectativa de comportamento que os filhos fiquem com o encargo de pais inertes. Na relativa dificuldade em que vivem, muito embora um pai velho possa se queixar amarguradamente de um filho que em Santos não se lembre que ele existe, quando o filho permanece na própria vizinhança, alega: “Mas o que é que meu filho pode fazer por mim? Também tem a sua família!”. Uma senhora cujos filhos do sexo masculino e algumas filhas são casados, enquanto ela permaneceu com 4 filhas solteiras na propriedade deixada pelo marido, me disse quanto ao usufruto exclusivo que fazia da propriedade não reclamada pelos casados, com igual direito à herança: “Eu fiquei e eles saíram. Compraram terra por

conta deles. De vez em quando[,] quando colho alguma verdura, dou. Mas não sou obrigada. Dou porque quero”.

Notam-se que muitos inventários foram realizados somente depois de muitos anos (20 ou mais) do falecimento do primeiro cônjuge. Se bem que de *juris* deveriam fazer imediatamente o inventário, de fato não o fazem se houver ainda um dos pais vivo. Espera-se pela morte do segundo. Em geral, as coisas se passam da seguinte forma: Fica na propriedade nem sempre o filho mais velho, mas aquele que nunca saiu e que tem mais apego por ela. Os outros, ou ficam ou vão embora. Aquele que fica pode fazer como se a propriedade fosse apenas dele. Para evitar questões, se a família não é unida, ele procura juntar dinheiro e comprar a parte dos outros irmãos. Vai comprando até ficar com a propriedade toda. Quando a família é unida, o irmão pode ficar na propriedade sem que ninguém lhe peça contas. Agora, é outra coisa quando quer vender: então tem que consultar. Se a família não é unida, os irmãos podem não chegar a um acordo. Então, podem se reunir e vender a terceiros a propriedade total. Como no geral aquele que ficou na propriedade é considerado o tronco, a propriedade fica indivisa enquanto ele ou a mulher permanecerem vivos. Acontece que muitas vezes chega a ter netos. Mais tarde aquela propriedade, na época da partilha, não raro atinge a geração dos primos. Então as disputas são graves. O interesse meramente pecuniário faz com que se dê preferência a vender a terra por maior preço a um estranho que a um preço menor [19] a um irmão. Só mesmo naqueles bairros que, muito segregados ou sem engenho não agucem a curiosidade de pessoas de fora, tem oportunidade de oferecer chances a um membro da família. Outras vezes, ao contrário, a família pode adquirir terrenos nas vizinhanças e localizar-se nas proximidades. No geral, porém, sempre que se trata de aumentar a propriedade, esta iniciativa parte de um pai de família e nunca de irmãos. A tendência à agregação da propriedade é preocupação de um chefe de família; a de desagregação, dos filhos. Quando muito, estes últimos podem resolver vender as terras em conjunto.

Os locais muito afastados, não solicitados por pessoal de fora, como zona de veraneio, oscilam entre duas tendências: de um lado, uma verdadeira pulverização da propriedade, proveniente da compra fraccionada de um herdeiro que imigra, ou então, que conserva parte do que herdou e vende a outra; de outro, as propriedades grandes, resultantes de herdeiros que não ficaram no local, deixando, não raro, ao menos um representante da família para zelar. As duas tendências se completam para dar uma característica muito interessante a esses locais: observa-se, por exemplo[,] que os pagadores de impostos são em muito pequeno número em relação ao número de habitantes da área.

Grande propriedades ao lado de propriedades minúsculas. Argumento: “o importante é ter a casa. Terreno para plantar, qualquer um dá”. A casa representa realmente o “esteio” na mentalidade local: “Meu pai está construindo uma casinha, porque a casa é o mais importante” é frase corriqueira. As casas cedidas ou aquelas que donos de terrenos permitem que os ocupantes construam são casas de pau a pique, cobertas de sapé. Não se permite fazer casa de tijolos, porque implicaria em limitações ao dono das terras. Casa de telha é sinônimo de propriedade. A impossibilidade de vender o terreno todo, faz com que se conservem grandes propriedades. Como não se pode explorá-las, principalmente pela solicitação que o mundo de fora apresenta e pelas poucas vantagens e ausência de mão de obra local, cedem-nas de favor. Isso por sua vez implica na não necessidade (aliada à impossibilidade pecuniária) de se comprar propriedades maiores que as que deem para construir uma casinha e cercá-la de um pequeno terreno, onde se plantem fruteiras. “As plantas que são de raiz, são plantadas ao redor da casa”. São símbolos de estabilidade. As demais, de raiz (mandioca, por exemplo, símbolo mesmo do alimento) são plantadas nos terrenos cedidos”. [20]

Dada a expectativa local de que os próprios moradores, mesmo quando necessitados de trabalhos de seus vizinhos, tenham que pagá-los, mas, por outro lado, não podem pagar muito a um camarada, a variação dos salários locais é coisa relativamente fixa. Nas zonas, porém, em que a entrada de “capitalistas” de São Paulo, dedicados à exploração da terra existe (principalmente entre Ilhabela e Barra Velha e atualmente até a Fazenda) os assalariados assumem uma feição diferente: não só pedem maior preço para os seus trabalhos (em função da possibilidade daqueles de fora em pagá-los), como também são conhecedores das leis trabalhistas no que diz respeito aos salários mínimos. Dada a raridade da mão de obra, muitos desses proprietários de fora chegam a pagar 30 cruzeiros por um trabalhador de roça e até 80 cruzeiros por um artífice (pedreiros e carpinteiros). O indivíduo, portanto, chega a alugar o mesmo trabalho por preços diversos, conforme se trate de fazê-lo para alguém do lugar ou para alguém de fora.

Os chamados capitalistas têm, aos olhos do morador local, o valor de uma forma impessoal e abstrata. Valem para eles os estereótipos muitas vezes adquiridos de fora – alguém que dispõe de capital para aplicar capital, esse que é grande, inesgotável, proveniente de uma fonte não menos abstrata que se chama a facilidade de adquirir dinheiro em S. Paulo – e completados por algumas observações locais, a respeito de seu comportamento. Em algumas fábricas de aguardente na Ilha, o dono geralmente está ausente (Engenho d'Água, Barra Velha, Fazenda) e dispõe de administradores

(“ministradores”) que agem em seu nome. Em outros lugares, porém, embora os donos sejam pessoas de fora, metem-se à testa do negócio e se transformam num colono, participando de todos os trabalhos de que aquele participa. Nesse último caso, dentro em pouco o indivíduo passa a pertencer à própria comunidade, emaranhando-se nas suas teias de relações, sendo convidado para festeiro, para compadre, etc... Uma série de relações pessoais se estabelece com ele. Tais são os casos do Engenho da Ponta das Canas, da Cascata, etc. Na medida em que esses indivíduos são obrigados a viver no local, procuram, não raro, provê-lo de algumas vantagens: canalizam a água, consertam o porto, melhoram as estradas de seus terrenos, possuem em casa depósitos de remédios contra a maleita, mordida de cobra, etc. Tornam-se assim, involuntariamente embora, centros de benefícios locais. Uma integração cada [21] vez maior os arrasta. No caso do dono ausente as coisas mudam de figura. Não raro o administrador assume um ar de importância e, sob a alegação de que tem que fiscalizar os interesses do patrão, nem sempre se torna muito dócil no trato com os colonos. Ademais, estes sentem que ele não é dono. Compensam-se, no geral, alegando a falta de conhecimentos práticos e o desconhecimento do ambiente particular da ilha, como motivo de desprestígio: “Estes ministradores vêm pra cá, se metem dentro de casa e começam a dirigir as coisas de plantação sem saber nada. Veja o Engenho d'Água: porque é que está com aquela beleza de plantação de cana? É porque o francês botô lá um caiçara pra dirigí tudo. Aqui o clima é outro. Só o caiçara pode dizê: Aqui eu não planto, porque não é próprio. Só ele sabe que distância deve ter entre os piques de cana, o melhor mês para plantar e outras coisas. Os ministradores podem vim cheios de teoria na cabeça. Mas de que vale a gramática? Começam por ter um medo terrível de borrachudo. Querem ir pra roça de luvas... Ora, um dono de propriedade, ou um ministrador que não se mete à testa do serviço está perdido. Porque aqui ninguém tem interesse pelo bem do patrão”.

De uma forma geral, nem mesmo os próprio moradores locais esperam dos que são por eles assalariados grande interesse. Há sempre um antagonismo expresso ou encoberto por baixo dessas relações. A visão do problema é diversa quando vista pelo empregador e pelo empregado. Por outro lado, porém, não se espera que um simples proprietário local faça grandes coisas, porque não tem meios. Com o pessoal de fora é outro caso. Esta visão se fundamenta em muitos fatos: em primeiro lugar, o próprio conhecimento de um vizinho torna a comunidade conhecedora de seus bens podendo avaliar com justeza de suas posses. Em segundo lugar, em relação aos “capitalistas” vindos de fora, esta visão é fantasiada: começa que eles podem pagar pela propriedade preços que

não foram alcançados na comunidade e que teria tornado impossível a sua venda para um pequeno sitiante. Além disso, valorizam-se muito os meios aquisitivos de fortuna encontrados lá fora. Um dono de engenho expressou-se: “Aqui a gente pode ter uma canoa cheia de dinheiro. Mas quem tira e não põe, acaba perdendo tudo. Em S. Paulo, o indivíduo tem oportunidade de encher a canoa cada vez mais. Chega aqui e aplica e continua a ganhar lá fora. Se tivesse que contar só com o que ganha aqui, pouca coisa poderia fazer.” Ademais, preza-se muito todo o conhecimento que não se pode participar. “Um homem de S. Paulo tem muito entendimento”, é a visão [22] geral. É verdade que bem pouco valem esses conhecimentos na própria ilha que é outra atmosfera, outro clima... Mas representam possibilidades infinitas lá fora, onde os trabalhos e as possibilidades são outros. Muito se mostraram curiosos por saber quanto eu ganhava: “Mas a senhora deve ganhar muito. Pelo menos uns 10 contos por mês, porque até um camarada de lancha ganha tanto, como é que a senhora que é de estudos não vai ganhar?”.

No que se exige, como pagamento, de um proprietário de fora, nada existe, no fundo, de um interesse vicinal: ele é um vizinho, mas também alguém que ganha lá fora, que tem possibilidade de aplicar aqui o capital que adquire lá fora. Não é um vizinho no sentido pleno da palavra. Pode-se, portanto, usar para com ele mais impessoalidade nas relações econômicas. O morador local, quando tenha alguma chance de ser bem sucedido, mesmo assim goza de certa consideração no tocante à sua sovinice. Conforme a letra de um Pasquim, no qual se fala do “pãodurismo” de dono de lancha local, vem a justificativa:

É um pão duro de chapa
 Isso é o que ví falar
 Antonio não é pão duro
 Tem seus filhos pra criar
 Ganha com dificuldades
 Nas brabas ondas do mar⁵.

Acontece, por outro lado, que aquilo que de fora, não participante dos trabalhos de roça, pede, é algo que lhe escapa: ele não sabe como fazer, “não tem ciência da roça”. Ao passo que um proprietário local, conhece todos os elementos da cultura que pede aos camaradas. Este fator tem, subjetivamente, muita importância numa cultura em que se valorizam pouco aquelas coisas que se podem obter por conta própria (mesmo que no momento se esteja impedido da consegui-las) e [s/e] enaltece tudo o que lhe escapa e de que necessita.

De uma forma geral, portanto, nas zonas em que a influência de fora é mais palpável, já se vai estabelecendo um padrão de regras implícitas, pelas quais se regula o comportamento em relação aos de fora e aos da comunidade. Os conflitos surgem quando, com possibilidades de explorar um ramo qualquer comercialmente, são os próprios parentes e vizinhos que entram na feição. Por exemplo: o hábito de dar o tráfico de farinha emprestado, sem retribuição alguma em preço ou produto é arraigado em toda a Ilha. Nem se cogita de estabelecer uma compensação: “O que é que se iria cobrar?” respondiam-me admirados. [23] “Mesmo que pudessem dar uma parte de farinha, seria uma porção ‘de bobagem’⁶ que nenhum adianto traria”. Contudo, parece que se tende a estabelecer aos poucos um padrão de cobrança quando a farinha produzida vai ser vendida fora. Na Ilha dos Búzios⁷, onde a possibilidade de obter algum dinheiro é escassa, o padrão já está estabelecido: “Eles usam o tráfico e gastam o material. Não é justo que ganhem depois sem dar nada”. O argumento é deveras elucidativo: em primeiro lugar, porque o desgaste de um tráfico de farinha (com exceção dos tipitis) é muito lento. Em segundo lugar, porque quando se trata de fazer farinha para o próprio gasto, não se cogita esse pormenor. Na Ilha de S. Sebastião, porém, há bairros em que se empresta o tráfico, sem cogitar se é para fins comerciais ou para subsistência.

As mesmas expectativas se notam em relação aos presentes: no local não se dão presentes. Mesmo para uma festa de casamento, “a gente vai para comer: não precisa levar nada”. Espera-se, contudo, ser-se presenteado por pessoas de fora. É uma expectativa tão geral que a gente se sente mal se não levar “alguma coisa”. Não raro, está-se dando o hábito de pedir-se a pessoas de fora que batizem os filhos ou sejam padrinhos de casamento, na expectativa de uma retribuição. “Aqui, quando querem conseguir alguma coisa, levam a gente de compadre”, explicou-me um morador de S. Pedro. No geral são os possuidores de terras ou donos de barcos que têm maior número de afilhados. E verdade que também os padrões de amizade e parentesco influem muito.

Por outro lado, é costumeiro “tirar de festeiro” indivíduos que chegam a se apegar à comunidade, mas que sejam de fora. Entende-se que aquele de fora tem oportunidades maiores de dar maior brilho às festas pela contribuição monetária.

Contudo, o padrão de hospitalidade é bem marcado nos seguintes dizeres de uma senhora que me hospedou por várias vezes em sua casa, sendo que da primeira vez negou-se terminantemente em aceitar qualquer retribuição: “se naquele tempo em que a senhora mal era minha conhecida eu não lhe cobrei, não é agora que vá cobrar quando já é

uma amiga”. Contudo, pouco resistiu ao meu apelo de pagar, para me sentir mais a vontade e não teve nenhuma inibição em fazer as contas com todos os quebrados que eu lhe devia.

Por outro lado, um presente representa uma dificuldade de avaliação. Como saber o quanto valem as coisas que damos em troca da hospitalidade? [24] A avaliação de coisas que a nós pareceriam mais compensadoras ou de maior valor, nem sempre nos é favorável. O conveniente é fixar um preço. Ele nos liberta de dar tratos à bola na escolha de presentes e dá aos que nos hospedam maior sensação de segurança e retribuição exata.

Pode-se observar, porém, que já há um padrão estabelecido de hospitalidade que poderíamos chamar de “hospitalidade comunitária” nos vários bairros visitados e que é tanto maior, quanto mais afastado e o bairro (quando outros fatores não entrarem em conta). Assim, quando se chega a um local, indicam-nos logo a melhor casa e nos levam até lá para que nos hospedem. Em todo o bairro existem determinadas casas que habitualmente se especializam na função de hospedar. Quem não conhece de Dona Eva, no Perequê, que hospeda até os frades do Bairro de S. Francisco? E a casa de Maria Pinto em S. Pedro, onde se hospeda a professora, os inspetores escolares e os demais visitantes? E a de Dona Julinha na Prainha? De dona Verônica no Bonete? Os indivíduos aos quais falamos em visitar um bairro, dispõem: “A senhora pode ir que encontra hospedagem. Pode ficar na casa de Dona Fulana”. Contudo, observei principalmente no Bonete, que a comunidade toda auxilia a dona da casa na sua recepção: quando passava por um local, alguém me chamava: “Tome esses ovos para mecê tomar seu café amanhã cedo”. E o dia todo era um desfilar de gente que me trazia presentes: ovos, frangos, jacas, bananas, postas de peixe, etc. Era uma forma de auxiliar a minha recepção e também de participar nas vantagens que eu pudesse proporcionar à dona da casa. Notei esse padrão principalmente nas paragens mais longínquas. Em outras, já há um padrão estabelecido pelo qual se recebe a professora como pensionista, de sorte que era mais fácil estenderem a mim os hábitos anteriores, com preço estabelecido pela hospedagem.

O nosso hábito de dar, sem nenhuma expectativa de retribuição, parece ser alheio à vida local. Sempre que me levava remédio para maleita, vinham armados de dinheiro. Nunca deixaram de perguntar quanto era. Era um produto pelo qual estavam habituados a pagar. Dando a alguém, imediatamente surgiam muitos outros procurando “comprar”: uma notinha de dinheiro era sempre visível, embora parecessem recear, ao mesmo tempo, que eu pudesse ter a ideia de cobrar pelo que tinha dado a outros. Uma vez, porém, que eu nada cobrasse, infalivelmente mandavam-me uma fruta, um pedaço de peixe, uns ovos... Outras vezes, começavam pela oferta, e de uma maneira bastante “ingênua”, segundo

nossos [25] padrões mais sofisticados de etiqueta, iam direto ao ponto: “Eu queria saber se a senhora tem ainda aí daquelas pastilhinhas de maleita”. Mesmo aqueles que não tivessem necessitando do remédio (vi, em muitas casas, comprimidos para maleita completamente gastos, dentro de gavetas, em desuso), não deixavam de aproveitar a oportunidade de pedi-lo.

Um velho doente que me fez um puçá, em cujo trabalho gastou quase uma semana, cortando os dedos com o cipó, pediu-me 12 cruzeiros pela rede. Dei-lhe vinte alegando que queria que desse 5 para sua irmã doente os outros 3 excedente ficassem para ele porque eu queria lhe dar. Imediatamente o velho foi para uma roça distante, no “sertão” e me trouxe um cachinho de bananas. E antes havia insistido: “Mas o preço é 12 e não 20”, o que me levou a toda uma explicação, de forma a que ele pudesse conservar seu padrão de valorização local, e não se meter depois em expectativas muito esperançosas...

O padrão da reciprocidade é grandemente arraigado. Porém, esta reciprocidade é posta em termos muito mais de trabalho, quando se trata de pessoa local; muito mais em termos de objetos, quando se diz respeito a pessoa de fora. Para estes, não apenas eles podem fornecer o que eles não possuem (corriqueiro entre vizinhos), como podem esperar receber aquilo também que não seja corriqueiro na vizinhança.

Não é apenas no uso do dinheiro como meio de troca que diferem as comunidades periféricas. Mesmo em Ilhabela onde, segundo expressão dum caiçara “é tudo na balança”, muitas vezes se empregam medidas antigas, principalmente na compra e venda de artigos fabricados no local. São as “mãos” de milho (... atilhos), são os alqueires de farinha, são as libras de feijão. Por outro lado, estas formas são menos comuns no centro que na periferia. E uma espécie de transposição já é conhecida: o caiçara sabe a quantos quilos corresponde um alqueire; a quantas gramas uma libra. Por outro lado, nos bairros periféricos, as medidas antigas de capacidade são grandemente usadas, muito embora não seja incomum o uso da balança. Muito sintomaticamente, um dono de venda me traduzia, (quando eu atendia na mesma) em linguagem do sistema métrico, a significação do antigo sistema de pesos e medidas: meia libra são 250 gramas. Notava-se, aliás, a tendência dos vendedores, quando eu me metia a servir na venda, a me fazerem não dar muita conta ao fiel da balança: Faziam questão que o artigo fosse bem pesado e não em seu [26] proveito. O emprego de algumas medidas de capacidade antigas, ainda é usual mesmo no centro, muito embora mais para intercâmbio entre o vendedor e o dono de venda, que entre esse e os compradores do varejo. Não se empregam muitas das medidas que encontrei na

periferia (salamim, por exemplo) e que segundo os mais velhos do Centro, eram ali usado no “tempo de criança”.

O próprio caiçara, embora nem sempre se dê conta do sentido profundo das relações postas em termos antigos e modernos, nota-lhes as diferenças: “Na balança é mais certo. Mas nosso costume aqui é outro. Quando se aperta um pouco mais vai mais; quando se deixa mais frouxo, vai menos. Mas isso não tem importância”. Nos bairros mais afastados, o emprego das medidas antigas se faz na própria venda, muito embora de preferência para certos artigos: feijão, farinha, ou seja, produtos produzidos no local; os importados, geralmente são comprados e vendidos a peso, donde o uso sincrônico de dois tipos de pesos e medidas diversos, lado a lado. A esta diferença corresponde um padrão valorativo diverso. Por exemplo, um dono de fábrica de aguardente calcula a cana que constitui um canavial a olho e faz a oferta: “Ele tem prática e calcula e faz o preço”. Também quando se vende a cana aos carros, tudo é a olho: “vai uns tantos feixes, mais ou menos”, informam. Também quando rematam um quinhão, todo de uma vez, fazem às vezes preços que não correspondem ao das unidades. Por outro lado, quando o pescador local vende os seus peixes para os barcos de pesca, enchem-se caixões de 60 quilos com o peixe, mas não se pesa. Faz-se o preço por caixão e ao revendê-los em Santos, alguns apresentam mais e outros menos que 60 quilos, embora ali sejam então vendidos a quilo. Quando se põe a cana para moer à terça num engenho, o dono calcula, pela época em que a cana foi moída (se no melhor período de produção, se no fim, etc.) e estipula a quantia que dará ao que a deu a moer. Quando dá menos, advertem-no. Porém, a maioria dos que dão à terça acham-se lesados. Não raro, acompanham o processo para saber quantos cochos de garapa produziu a cana empregada. Por aí podem calcular, também aproximadamente, quanto terão de aguardente. Porém, a garapa, pode-se alegar, não estava no ponto exato e produziu menos... Aos que se acostumaram na cidade, com pesos e medidas exatos, a forma por que se mede na Ilha parece bastante imprecisa.

Outro exemplo: quando se faz uma rede, calcula-se por braça. A largura já entra no cálculo, algumas vezes, estabelecendo o limite. [27] Redes compradas de S. Paulo (feitas à máquina) são compradas aos metros. As feitas do local, são calculadas por braça, medida variável dependendo do tamanho da envergadura de quem as confecciona.

O conservantismo de medidas antigas mostra a restrição do mercado local e o quanto ele é indireto em relação ao mundo de fora.

Comumente o vendeiro é, entre as pessoas do local, aquela que tem hábitos comerciais mais desenvolvidos. As atribuições de um vendeiro local são maiores que as de

qualquer outro homem comum da comunidade. Nos bairros afastados ele serve de intermediário entre a comunidade imediata e o mercado distante. Habitua-se a lidar com duplicatas, com letras de câmbio. São as exigências de um mundo com o qual tem que tomar contato. Como na maioria das vezes ao pedir dinheiro emprestado tem que pedi-lo não a seus vizinhos que não o possuem, mas a pessoas de fora que procuram garantir-se perante os Cartórios, fica mais a par de um mecanismo meramente comercial. A um homem da comunidade é difícil fazer entender que haja um prazo fixo para se saldar uma dívida. Justificam-se a si e aos outros, mesmo quando seus devedores: “Mas como é que ele vai me pagar se também não tem?”. Quando o morador da Ilha, nos bairros menos comercializados, pede emprestado algum dinheiro, no geral *devolve* (é o termo empregado) na justa quantia que tomou. Conhecem existência de juros, mas não a empregam: “Aqui a senhora toma 400 cruzeiros. Pode pagar daqui a um ano ou dois ou vinte. Pagará o que emprestou (tomou emprestado).” Contudo, os negociantes que uma vez ou outra tomam dinheiro emprestado, se bem que ainda não usem os juros, percebem a necessidade de dar alguma coisa mais em troca pelo fato do empréstimo: “A gente dá sempre uma gratificaçõzinha”.

Evidentemente, em Ilhabela e redondezas, o padrão comercializado domina. É verdade que ainda perdura, do velho padrão, o hábito do regateio ou pechincha, pelo menos no que diz respeito aos produtos locais, de que o Centro serve como distribuidor. Mas os ajustes comerciais são comerciais e os interessados se garantem com todas as formas possíveis. Por exemplo, 6 sócios adquiriram uma rede (traineira) que ficou em 60 mil cruzeiros. Deram de entrada 5 mil cruzeiros cada um e se comprometeram a pagar o restante em prestações, com o próprio lucro usufruído da rede. Escritura passada em cartório. [28]

Comercialismo: a menor extensão do comercialismo observado para as diversas zonas da Ilha consiste, principalmente, não apenas em que se façam menos compras e vendas, como também na atitude que se manifesta em relação a elas. Por outro lado, a relativa aversão de se tratar com um vizinho, com um amigo em termos de dinheiro, é responsável pelas formas de trato estabelecidos em forma de trabalho, com distribuição igual entre as partes. Tendência em manter separadas as duas coisas: amiga e comercial. Contudo, mesmo nas relações entre amigos, há padrões estabelecidos, que não são sintomas de organização, mas unicamente perpetuação de um padrão imposto por um primitivo estado de coisas que remonta à época em que a Ilha desempenhava papel mais importante na ordem do Estado.

Deve observar, portanto, que as varias sucessões que se deram na ilha, não são unicamente as de uma população de *folk* a caminho de povo, mas de um povo que se converteu em *folk* e está novamente saindo desse estado de coisas. Nos tratos, mesmo aparentemente comerciais, há alguma coisa de natureza comercial. (Maria: não me cobrar quando eu era uma desconhecida, como iria cobrar agora? Tagé: minha vantagem para as filhas, também não podia cobrar).

O NATIVO PRODUZ E CONSOME A MAIOR PARTE DO QUE USA E NO QUE SE ESTE REPRESENTA NÃO ESTÁ ACOSTUMADO A EXPRESSAR-SE A SI MESMO, OU A EXPRESSAR AOS OUTROS O VALOR DESSES ARTIGOS EM TERMOS DE DINHEIRO (YUCATAN, 227)⁸.

Há coisas que permanecem fora do domínio de valorização por dinheiro. Difícil é fazer o preço e, portanto, toda uma disparidade de valorizações, sujeitas a ofertas pessoais ou a pedido de preço exorbitante ou muito baixos.

Atividades não comerciais intermediárias: A de parteira, por exemplo.

Tendência à comercialização cada vez maior, mas com muito reclamo de parte a parte e com incumbências que se colocam entre as comerciais e as familiares. (Curadoras e parteiras: “Não se deve dizer muito obrigado quando é benzido. Deve-se dar dinheiro, embora não se cobre”).

Resumo: Há uma esfera de relações dentro da qual não tem lugar o regateio e a valorização comercial e outra em que são adequados e usuais. PARECE QUE AS RELAÇÕES DEFINIDAS COMO PESSOAS E RESERVADAS RESISTEM À CONVERSÃO EM TERMOS COMERCIAIS.

Consequências: 1) Brigas de família dentro do terreno comercial que a pesca moderna está impondo. 2) Adoção do padrão de pesca, porque, por precedente cultural, a partilha os faz sentirem-se mais participantes, [29] menos operários. 3) Mesmo padrão local de lazer e trabalho intensivo em certos momentos. Maior reação na agricultura, com outros padrões não condizentes com os de fora. Voz geral: falta de interesse, na lavoura, pelo que toca ao padrão. O mesmo não [é] verdade na pesca: constantes cuidados com barco e rede. Críticas contras as relações patrão-operário, como quebra de padrão de relações simpáticas e humanas.

¹ Com relação ao texto datilografado por Gioconda Mussolini, conservado no IEB/USP e reproduzido neste número da *Revista de Antropologia*, procedeu-se à atualização ortográfica e à correção de erros de digitação. Além disso, introduzimos algumas notas ao texto, para esclarecimentos de alguns pontos. As notas são de responsabilidade de Andrea Ciacchi. Não há ainda evidências de que esse trecho, introduzido por um “título” (*Organização Econômica*) corresponderia a um capítulo da tese, mas há fortes indícios disso.

² Gioconda Mussolini publicou dois artigos sobre essa modalidade de pesca da tainha, no litoral norte de São Paulo: “O Cerco da Tainha na Ilha de São Sebastião”. *Sociologia*, 7 (3), 1945; “O Cerco Flutuante: uma Rede de Pesca Japonesa que teve a Ilha de São Sebastião como Centro de Difusão no Brasil”. *Sociologia*, 8 (3), 1946.

³ Referência sintética a REDFIELD, Robert. *Folk Cultures of the Yucatán*. Chicago, IL, University of Chicago Press, 1942. Num texto importante de 1955, Gioconda Mussolini havia apresentado críticas severas à fundamentação teórico-metodológica desse autor. Cf. “Persistência e mudança em sociedades de folk no Brasil”, *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*, v. I, agora disponível na revista *Cadernos de campo*, 18, 2009, 287-300. Cf. Também, sobre essas posições teóricas da autora, CIACCHI, A. “Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica”. *Revista de Antropologia*, 50 (1): 181-223, 2007; e CIACCHI, A. “Uma leitura crítica dos estudos de comunidade no Brasil: apresentação ao texto de Gioconda Mussolini”. *Cadernos de campo*, 18: 281-285, 2009.

⁴ Nome alternativo da “xiba”, uma das danças que compõem o Fandango caiçara. Trata-se de uma forma de sapateado.

⁵ Gioconda Mussolini, em 1949, apresentou o texto “Os pasquins no litoral norte de São Paulo e suas peculiaridades na Ilha de São Sebastião”, ao III Concurso de Monografias Folclóricas, instituído pelo Departamento de Cultura de São Paulo. Foi contemplado com o 1º Prêmio e publicado, em 1950, *Revista do Arquivo Municipal* (CXXXIV). Esses versos estão incluídos naquele texto.

⁶ Aqui, a autora datilografou um expoente para uma nota, que, porém, não se encontra no manuscrito.

⁷ A Ilha dos Búzios, pertencente ao Arquipélago de Ilhabela, e distante da Vila 15 milhas, foi palco de uma pesquisa de campo, “estudo de comunidade”, no sentido clássico, dirigida por Emilio Willems, com a participação de Gioconda Mussolini. O livro publicado por Emilio Willems (“in cooperation with Gioconda Mussolini”) *Búzios Island; a Caiçara Community in Southern Brazil* (Monographs of the American Ethnological Society, XX, New York), só será publicado em português em 2003.

⁸ Cf. Nota 3.